

CIBEC/INEP



B0029038

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

AS DESIGUALDADES REGIONAIS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Texto apresentado
no Seminário "Desigualdade e Pobreza no Brasil"
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Rio de Janeiro, 12 a 14 de agosto de 1999

Tiragem Limitada

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

República Federativa do Brasil

Fernando Henrique Cardoso

Ministério da Educação - MEC

Paulo Renato Souza

Secretaria Executiva do MEC

Luciano Oliva Patrício

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

Maria Helena Guimarães de Castro

AS DESIGUALDADES REGIONAIS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Maria Helena Guimarães de Castro

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar as principais características das desigualdades regionais do sistema educacional brasileiro, que enfatizam as diferenças sociais e econômicas entre as Regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste) e as mais atrasadas do País (Norte e Nordeste). Argumenta-se que, a despeito da melhoria dos indicadores educacionais verificada na última década, vem se aprofundando o grau de desigualdade regional e interestadual, especialmente em relação aos indicadores de transição, eficiência e efetividade do sistema.

Pode-se afirmar que o acesso ao ensino fundamental é o único indicador que foi praticamente universalizado nos últimos três anos. Os demais indicadores, como promoção, repetência, abandono escolar, distorção idade/série, e, sobretudo, os indicadores de aprendizagem, embora tenham apresentado tendência sistemática de melhoria em todas as unidades da Federação, sobretudo na segunda metade dos anos 90, delineiam um quadro de profundas desigualdades regionais, algumas até mais acentuadas que o quadro observado no início da década de 80.

Três fatores associados podem explicar tal situação:

- I. em razão dos desníveis socioeconômicos existentes no País, o processo de melhoria gradual dos indicadores educacionais observou ênfase e ritmos diferenciados de desempenho nos Estados e Regiões, uma vez que o perfil das necessidades de oferta e demanda por serviços educacionais nas diferentes localidades apresentava características peculiares. A Região Sul, por exemplo, a mais homogênea de todas, que desde meados dos anos 80 apresentava clara tendência de universalização do acesso ao ensino fundamental, deu passos acelerados em relação à melhoria dos indicadores de qualidade na década de 90. Já o Nordeste, que no final dos anos 80 ainda detinha enormes contingentes de crianças fora da escola, apresenta hoje indicadores que apontam para a universalização do acesso ao ensino fundamental, processo acompanhado de rápida redução do analfabetismo jovem. No entanto, do ponto de vista dos indicadores de qualidade, o Nordeste segue apresentando um quadro deficitário, sob alguns aspectos em situação pior do que aquela em que a

* Texto apresentado no Seminário "Desigualdade e Pobreza no Brasil", realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 12 a 14 de agosto de 1999, no Rio de Janeiro (RJ). A autora agradece à equipe técnica do INEP pelo apoio na elaboração deste documento.

Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, responsável pela implementação de sistemas nacionais de avaliação e de indicadores e estatísticas educacionais, e professora licenciada do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Região Sul se encontrava há dez anos. Comparativamente, as duas Regiões configuram realidades bastante distintas, do ponto de vista dos indicadores educacionais, neste final de década;

D. a despeito dos indicadores de desigualdade regional e das condições socioeconômicas de cada unidade da Federação, alguns Estados e municípios muitas vezes apresentam indicadores superiores às respectivas médias regionais em consequência das prioridades das políticas implementadas no setor educacional. No Sudeste, Minas e São Paulo se destacam em relação aos demais, o que indica o impacto positivo das suas políticas educacionais sobre indicadores como repetência, número de concluintes, distorção idade/série, entre outros. No Nordeste, Ceará e Bahia chamam a atenção pela intensidade do processo de universalização do atendimento de crianças de 7 a 14 anos. É possível dizer que, em grande medida, tais resultados vinculam-se à orientação das políticas adotadas nos últimos anos, como a implantação do ciclo básico, das classes de aceleração e do regime de progressão continuada - no caso dos Estados do Sudeste - e de outro lado, da intensa mobilização para assegurar mais vagas nas escolas, nos Estados nordestinos. Esta ação ganhou maior consistência com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)¹;

III. estrategicamente, coube ao governo federal, como coordenador das políticas nacionais e responsável por ações supletivas que promovam maior equidade, assumir uma liderança mais dinâmica, passando a atuar como eixo aglutinador e dinamizador de políticas direcionadas prioritariamente à educação básica. Essa coordenação desempenhada pelo Ministério da Educação (MEC) é, sem nenhuma dúvida, um fator crucial para explicar a melhoria dos indicadores em todos os Estados brasileiros, especialmente a partir de 1994. Pesou ainda favoravelmente a atenção dispensada pelo MEC à articulação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), estimulando o regime de colaboração e a parceria indispensável dos Estados e municípios. Não menos importante tem sido a crescente mobilização da mídia e da sociedade civil, através de uma extensa rede de organizações não-governamentais, com o consequente engajamento de novos atores sociais no esforço pela melhoria do quadro educacional do País.

Vistos em conjunto, os fatores acima permitem formular as seguintes indagações:

- a - Em que medida a evolução dos indicadores educacionais observada na última década reduziu as disparidades regionais e interestaduais ou até que ponto contribuiu para realçá-las e aprofundá-las?
- b - A partir dos resultados das políticas educacionais implantadas nos últimos quatro anos, é possível vislumbrar um cenário de maior grau de equidade na próxima década?
- c - Quais os principais estrangulamentos do sistema educacional brasileiro e quais as estratégias para superá-los?
- d - Quais prioridades de políticas deverão ser promovidas na próxima década?

Este fundo, instituído pela Emenda Constitucional nº 14/96, estabelece como critério redistributivo dos recursos vinculados ao financiamento do ensino obrigatório, no âmbito de cada unidade da Federação, o número de alunos matriculados nas escolas estaduais e municipais.

Sem a pretensão de explorar devidamente todos os temas mencionados, esse artigo examina o comportamento dos principais indicadores educacionais brasileiros, na última década, e apresenta uma análise preliminar das perguntas que têm preocupado frequentemente a autora e a atual equipe de dirigentes do MEC. Trata-se, portanto, de um texto que se propõe a levantar problemas e a contribuir com o debate, a partir do qual se espera um aprofundamento das análises sobre os desafios educacionais do País na próxima década e sobre as estratégias para enfrentá-los com sucesso.

2. Uma visão geral sobre o desempenho educacional na década de 90 na perspectiva regional

Conforme assertiva já apresentada, a melhoria global dos indicadores educacionais verificada em todo o País na última década não se refletiu na redução dos desníveis regionais e interestaduais. Ao contrário, o grau de desigualdade regional vem se aprofundando. E o que se conclui a partir da análise do comportamento dos indicadores de analfabetismo, atendimento escolar, transição (promoção, repetência e abandono), gasto por aluno, perfil do magistério público e desempenho dos sistemas de ensino no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Na realidade, como a evolução positiva dos principais indicadores educacionais não se deu de forma homogênea nem seguiu o mesmo ritmo em todas as Regiões, a tendência foi naturalmente ampliar-se a distância entre os Estados mais desenvolvidos do Sul e Sudeste e os Estados mais pobres do Norte e, sobretudo, do Nordeste. No entanto, algumas unidades da Federação alcançaram avanços mais significativos, diferenciando-se dentro da Região à qual pertencem e melhorando sua posição em comparação com outros Estados que apresentam características socioeconômicas similares. Estas exceções, em grande medida, resultaram das prioridades estabelecidas pelos governos estaduais e municipais e do esforço empreendido no setor educacional, imprimindo assim uma dinâmica de mudança mais intensa do que o compasso seguido no restante do País.

2.1 - Declínio do analfabetismo

O analfabetismo é frequentemente apontado como uma das principais evidências do atraso educacional do País, sobretudo em comparações internacionais. De fato, a despeito da sensível redução verificada nas últimas décadas, o Brasil segue exibindo uma das taxas de analfabetismo mais elevadas da América Latina (14,7%), o que corresponde em números absolutos a cerca de 15,8 milhões de pessoas, contingente superior à população total da maioria dos Países da Região". Nos anos 90, o País avançou na superação deste quadro, intensificando o esforço de universalização do ensino fundamental. Esta política promoveu um declínio mais acelerado do analfabetismo nos grupos etários mais jovens, imprimindo-lhe um forte viés geracional. Por outro lado, desenhou-se uma forte tendência de regionalização do analfabetismo e da sua concentração nas áreas rurais e periféricas dos grandes centros urbanos.

As Regiões Sul e Sudeste caracterizam bem, na década de 90, a virada produzida pelo vigoroso impacto da universalização do ensino fundamental na erradicação do analfabetismo jovem, reduzido a taxas inferiores a 3% na população até 24 anos (IBGE/1996). Situação distinta é observada no Nordeste, que somente nos últimos quatro anos conseguiu lograr

²IBGE-PNAD/1997

importantes avanços na ampliação da cobertura escolar de 7 a 14 anos. Cabe notar, no entanto, que embora ainda mantenha taxas de analfabetismo extremamente elevadas em todas as faixas etárias, o Nordeste também vem apresentando uma rápida redução do analfabetismo na população de 15 a 24 anos. Esta tendência deverá se acentuar na próxima década, refletindo mais intensamente a universalização do acesso ao ensino fundamental alcançada nesta segunda metade da década de 90.

Quando a situação do Nordeste é contrastada com os indicadores de analfabetismo do Sul e Sudeste, constata-se que na década de 90 houve um alargamento dos desníveis que eram observados no início da década de 80. Na realidade, é preciso frisar que este fenômeno está diretamente relacionado ao avanço do processo de universalização do ensino fundamental e, mais recentemente, de massificação do ensino médio. Ambos os movimentos experimentaram impulsos com larga defasagem temporal nas diferentes Regiões do País. Por isso, o recuo do analfabetismo foi mais lento nas Regiões em que a universalização do ensino fundamental ainda está em curso.

Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos ou mais -1970 -1996

Brasil e Região	Taxa de Analfabetismo (%)			
	1970	1980	1991	1996
Brasil	33,6	25,5	20,1	14,7
Norte	36,0	29,3	24,6	12,4
Nordeste	54,2	45,5	37,6	28,7
Sudeste	23,6	16,8	12,3	8,7
Sul	24,7	16,3	11,8	8,9
Centro-Oeste	35,5	25,3	16,7	11,6

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991e PNAD 96

Em 1980, o Nordeste apresentava índice de analfabetismo de 45,5% na população com 15 anos ou mais, um percentual 2,7 vezes maior que o da Região Sudeste, de 16,3%. Em 1996, a taxa de analfabetos da Região Nordeste havia recuado para 28,7% ao passo que a do Sudeste declinou para 8,7%, mas a diferença ampliou-se para 3,3 vezes. A mesma comparação é válida para a Região Sul, pois no período indicado o seu índice de analfabetismo recuou de 16,3% para 8,9%. A Região Centro-Oeste também registrou uma queda bastante acentuada na taxa de analfabetismo, de 25,3%, em 1980, para 11,6%, em 1996, aproximando-se assim do perfil das Regiões Sul e Sudeste. Na população urbana da Região Norte, a queda foi maior ainda: de 29,3% para 12,4%.

2.2 - Universalização do ensino fundamental

Conforme já assinalado, o desenvolvimento do ensino fundamental apresenta nítidos contrastes regionais, tanto em termos de cobertura quanto em relação aos indicadores de eficiência interna do sistema. As Regiões Sul e Sudeste promoveram ainda na década de 80 políticas de universalização do acesso e, simultaneamente, a implantação do ciclo básico como estratégia para reduzir a repetência nas séries iniciais. Com isso, alcançaram altas taxas de cobertura e uma significativa melhoria dos indicadores de transição do fluxo escolar - aumento da taxa de promoção e redução das taxas de repetência e evasão.

As Regiões Norte e Nordeste, por sua vez, somente nesta segunda metade da década de 90 passaram a adotar uma nova agenda de políticas educacionais, estabelecendo como prioridade a universalização do atendimento e a promoção da melhoria da qualidade. Este novo direcionamento das ações dos sistemas de ensino destas Regiões já se reflete no comportamento dos indicadores de produtividade. Porém, por enquanto, os resultados mais expressivos foram alcançados na ampliação da cobertura escolar, sobretudo em razão do salto

dado com o Fundef. A *performance* do ensino fundamental no Nordeste segue abaixo da média nacional em todos os quesitos. Em comparação com os indicadores do Sul e Sudeste, o descompasso é de mais de um decênio - o que não significa que o Nordeste vai precisar de dez anos para atingir o patamar em que estas Regiões já se encontram.

Como a implementação de políticas mais incisivas de universalização do acesso e de promoção da qualidade do ensino fundamental se deu com um intervalo de mais de uma década em relação ao Sul e Sudeste, o Nordeste apresenta um quadro atual que, em termos de eficiência do sistema, mal se equipara aos indicadores exibidos por aquelas Regiões no final dos anos 80. Este contraste fica evidenciado quando são comparados os indicadores de transição, que por sua vez repercutem no perfil de distribuição da matrícula entre as oito séries do ensino fundamental. Nas Regiões Sul e Sudeste, já se observa uma composição quase paritária entre a participação da matrícula das quatro séries iniciais (52,1% no Sudeste e 53,4% no Sul) e das quatro séries finais (47,9% no Sudeste e 46,6% no Sul). Esta tendência, que deverá consolidar-se nos próximos anos, reflete tanto a melhoria do fluxo escolar como a própria dinâmica demográfica destas Regiões".

Este quadro se inverte nas Regiões Norte e Nordeste, onde o peso da matrícula ainda está fortemente concentrado nas quatro séries iniciais (69,7% e 68,5%, respectivamente), com uma participação bem menos expressiva das quatro séries finais na matrícula total do ensino fundamental (30,3% e 31,5%, respectivamente). É importante destacar que esta composição da matrícula está diretamente associada a pelo menos três fatores: baixa produtividade do sistema, denotada pela persistência de altas taxas de repetência, abandono e distorção idade/série; expansão da cobertura escolar, como resultado direto do enorme esforço de universalização do acesso desenvolvido nos últimos quatro anos; e, por fim, a estrutura demográfica dos Estados da Região, caracterizada pela elevada proporção da população em idade escolar.

Em relação à distribuição da matrícula entre as séries iniciais e as séries finais, o atual perfil do ensino fundamental no Nordeste apresenta grande semelhança com aquele que se observava nas Regiões Sul e Sudeste no final dos anos 80. Dessa forma, fica caracterizada a existência de um atraso de pelo menos uma década no desenvolvimento educacional da Região. Esta distância poderá, contudo, ser superada num prazo mais curto, pois a dinâmica de mudança vem se dando de forma mais acelerada no Nordeste, conforme evidenciaram os indicadores de cobertura nos últimos anos.

Entre 1989 e 1998, foi justamente nas Regiões Norte e Nordeste que se verificaram as maiores taxas de crescimento da matrícula do ensino fundamental, fenômeno que se deu com maior intensidade nas séries finais (91% e 86,7%, respectivamente). No mesmo período, a matrícula de 5^a a 8^a série também registrou forte expansão nas Regiões Sudeste e Sul (57,4% e 49,7%, respectivamente). Mas, a grande diferença ocorreu no comportamento da matrícula de 1^a a 4^a série: enquanto o Nordeste e o Norte tiveram expressivo crescimento (39,1% e 35,8%, respectivamente), o Sul e o Sudeste apresentaram taxas negativas (5,6% e 5%). A Região Centro-Oeste, por sua vez, apresenta uma estrutura da matrícula no ensino fundamental muito semelhante ao perfil observado no Sul e Sudeste, com tendência a estabilização de 1^a a 4^a série e forte crescimento de 5^a a 8^a série⁴.

" A proporção da população na faixa etária de 5 a 14 anos, em relação à população total, é significativamente mais elevada nas Regiões Norte (25,54%) e Nordeste (24,24%) do que nas Regiões Sudeste (19,33%) e Sul (19,86%). De acordo com projeções do IBGE, a mudança do perfil demográfico será mais lenta nas Regiões Norte e Nordeste, que em 2005 continuarão tendo uma proporção da população de 5 a 14 anos mais elevada do que a que se verifica nas demais Regiões - 21,9% e 21,89%, respectivamente.

⁴ É preciso ressaltar que os indicadores do Distrito Federal produzem uma distorção positiva, falseando a média da Região. Se forem considerados apenas os dados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, o quadro toma-se semelhante ao observado nos Estados mais desenvolvidos das Regiões Norte e Nordeste.

**Ensino Fundamental - Matrícula Inicial por Série -
Brasil e Regiões 1989-1998**

Região/Ano	Total	1ª a 4ª Série (*)	%	5ª a 8ª Série	%
Brasil					
1989	27.557.542	18.851.075	68,4	8.706.467	31,6
1991	29.203.724	19.383.791	66,4	9.819.933	33,6
1996	33.131.270	20.027.240	60,4	13.104.030	39,6
1997	34.229.388	20.568.128	60,1	13.661.260	39,9
1998	35.838.372	21.377.130	59,6	14.461.242	40,4
Cresc. % 89/98	30,0	13,4		66,1	
Norte					
1989	2.155.068	1.645.834	76,4	509.234	23,6
1991	2.246.339	1.671.491	74,4	574.848	25,6
1996	2.820.531	1.954.909	69,3	865.622	30,7
1997	3.011.865	2.087.265	69,3	924.600	30,7
1998	3.208.587	2.235.750	69,7	972.837	30,3
Cresc. % 89/98	48,9	35,8		91,0	
Nordeste					
1989	8.105.453	6.036.485	74,5	2.068.968	25,5
1991	8.650.474	6.314.964	73,0	2.335.510	27,0
1996	10.475.469	7.245.010	69,2	3.230.459	30,8
1997	11.184.186	7.707.699	68,9	3.476.487	31,1
1998	12.261.780	8.399.253	68,5	3.862.527	31,5
Cresc. % 89/98	51,3	39,1		86,7	
Sudeste					
1989	11.300.227	7.271.258	64,3	4.028.969	35,7
1991	11.965.480	7.417.955	62,0	4.547.525	38,0
1996	12.958.674	7.014.934	54,1	5.943.740	45,9
1997	13.020.903	6.933.486	53,2	6.087.417	46,8
1998	13.248.533	6.908.570	52,1	6.339.963	47,9
Cresc. % 89/98	17,2	-5,0		57,4	
Sul					
1989	3.992.351	2.574.270	64,5	1.418.081	35,5
1991	4.201.369	2.613.396	62,2	1.587.973	37,8
1996	4.475.774	2.458.130	54,9	2.017.644	45,1
1997	4.512.267	2.446.789	54,2	2.065.478	45,8
1998	4.553.460	2.429.921	53,4	2.123.539	46,6
Cresc. % 89/98	14,1	-5,6		49,7	
Centro-Oeste					
1989	2.004.443	1.323.228	66,0	681.215	34,0
1991	2.140.062	1.365.985	63,8	774.077	36,2
1996	2.400.822	1.354.257	56,4	1.046.565	43,6
1997	2.500.167	1.392.889	55,7	1.107.278	44,3
1998	2.566.012	1.403.636	54,7	1.162.376	45,3
Cresc. % 89/98	28,0	6,1		70,6	

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas: (1) - Inclusive o não-seriado

O esforço empreendido pelos Estados e municípios das Regiões Norte e Nordeste para expandir a oferta do ensino fundamental, sobretudo nesta segunda metade da década de 90, proporcionou uma significativa redução do *déficit* de cobertura. Em 1998, apenas três Estados da Região Nordeste apresentaram taxas de escolarização líquida, na faixa de 7 a 14 anos, inferior a 90% - Piauí (85,9%), Alagoas (87,6%) e Maranhão (89,7%). Em contraste, todos os

Estados das Regiões Sul e Sudeste já alcançaram taxas de escolarização líquida superiores a 96%, atingindo patamar próximo à média dos Países desenvolvidos que integram a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A Região Centro-Oeste, por sua vez, apresenta situação parecida à do Sul e Sudeste, com um índice de 94%.

**Taxa de Escolarização Líquida e Bruta do Ensino Fundamental
e Taxa de Atendimento nas Faixas de 7 a 14 e 15 a 17 anos -1970-**

Brasil	Taxa de Escolarização do Ensino Fundamental		Taxa de Atendimento	
	Bruta	Líquida	7 a 14 anos	15 a 17 anos
Brasil				
1970	81	67	67	40
1980	98	80	81	56
1991	106	86	92	69
1998	128	95	96	81
Norte				
1980	88	70		
1991	100	79		
1998	134	90	94	72
Nordeste				
1980	89	67		
1991	96	73		
1998	147	90	92	73
Sudeste				
1980	106	90		
1991	111	95		
1998	135	97	98	86
Sul				
1980	99	84		
1991	110	94		
1998	124	96	97	84
Centro-Oeste				
1980	103	80		
1991	119	94		
1998	141	94	96	86

Fonte:MEC/INEP/SEEC

Apesar de os desníveis regionais ainda persistirem, é importante assinalar que no período mais recente, as Regiões Norte e Nordeste deram um salto extraordinário na expansão da cobertura escolar. Neste aspecto, houve uma clara redução das desigualdades existentes na década de 80. De fato, a taxa de escolarização líquida, que em 1980 era de apenas 67% no Nordeste e de 70 % no Norte, alcançou 90%, em 1998. Este feito é mais expressivo quando se observa que nestas Regiões a matrícula cresceu de forma muito lenta ao longo dos anos 80 e início dos anos 90, tendência que se inverteu a partir de 1994, quando o governo federal passou a apoiar mais fortemente os esforços de universalização do ensino fundamental, por meio do Projeto Nordeste⁵. Mas, foi a criação do Fundef que injetou novo dinamismo na expansão da cobertura escolar.

⁵ O Projeto de Educação Básica para o Nordeste, parcialmente financiado pelo Banco Mundial (BIRD), proporcionou investimentos da ordem de US\$ 800 milhões nos nove Estados da Região, nos últimos seis anos. Esta ação, que se encerra neste ano, terá continuidade com o Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola),

2.3 - Indicadores de transição

A análise da série histórica das taxas de transição do ensino fundamental revela que, no período de 1989 a 1997, ocorreu uma melhoria substancial em todas as séries. Este fenômeno foi observado em todas as Regiões, embora com significativas variações. Tomando em separado apenas os dados das séries de início de ciclo - 1ª e 5ª séries - que tradicionalmente representam os maiores gargalos do ensino fundamental, Verifica-se uma tendência muito positiva de aumento das taxas de promoção e, simultaneamente, de acentuada redução das taxas de repetência e abandono. O quadro geral sugere, portanto, que o ensino fundamental vem experimentando uma sensível melhora na década de 90.

No entanto, como os ganhos de eficiência não foram uniformes em todo o País, as disparidades regionais e interestaduais ganharam maior realce. Conforme já mencionado, os maiores contrastes se revelam na comparação dos indicadores de transição do Norte e Nordeste com os do Sul e Sudeste. As taxas de promoção na 1ª série do ensino fundamental apresentadas em 1997 pelas Regiões Norte (43%) e Nordeste (45%) foram inferiores às atingidas em 1989 pelas Regiões Sul (64%) e Sudeste (70%). O grau de desigualdade regional ganha contornos dramáticos quando são cotejadas as taxas de repetência. Nas escolas do Norte e Nordeste, mais da metade dos alunos da 1ª série são afetados pela repetência. A Região Centro-Oeste também apresenta elevada taxa de repetência (41%), diferenciando-se do Sudeste e Sul, que têm as menores taxas do País (16% e 25%, respectivamente).

Ensino Fundamental - Taxa de Promoção da 1ª e 5ª Série -1989-1997

Brasil e Região	Taxa de Promoção do Ensino Fundamental (%)							
	1ª Série				5ª Série			
	1989	1992	1995	1997 ⁽²⁾	1989	1992	1995	1997 ⁽²⁾
Brasil	50	53	55	59	51	55	60	68
Norte	34	37	41	43	45	49	47	55
Nordeste	33	34	40	45	46	47	53	60
Sudeste	70	76	74	83	51	59	63	76
Sul	64	66	72	75	53	57	64	65
Centro-Oeste	51	57	58	58	48	52	57	57

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: (1) Taxas Estimadas por Ruben Klein - LNCC

(2) Estimativas Preliminares

Ensino Fundamental - Taxa de Repetência da 1ª e 5ª Série -1989-1997

Brasil e Região	Taxa de Repetência do Ensino Fundamental (%)							
	1ª Série				5ª Série			
	1989	1992	1995	1997 ⁽²⁾	1989	1992	1995	1997 ⁽²⁾
Brasil	48	46	44	40	41	38	35	26
Norte	62	59	57	55	44	42	43	32
Nordeste	63	62	58	53	44	45	40	33
Sudeste	29	23	25	16	40	35	32	18
Sul	35	33	28	25	36	34	31	24
Centro-Oes e	48	42	41	41	46	44	41	33

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: (1) Taxas Estimadas por Ruben Klein - LNCC

(2) Estimativas Preliminares

que foi iniciado em 1998 e prevê a aplicação de US\$ 1,3 bilhão nos próximos seis anos, beneficiando também as Regiões Norte e Centro-Oeste.

As taxas de transição apresentadas neste trabalho foram estimadas por Rubem Klein com base nos resultados do Censo Escolar de 1997.

A situação do Norte e Nordeste, em relação à repetência na 1ª série do ensino fundamental, permanecia, em 1997, pior do que aquela observada no Sul e o Sudeste há uma década. A taxa de repetência era de 55% para o Norte e de 53% para o Nordeste, em 1997, enquanto, em 1989, já era de 35% no Sul e de 29% no Sudeste. Confirma-se novamente, portanto, um atraso de mais de um decênio na evolução dos indicadores de transição das Regiões Norte e Nordeste. Com a implantação do ciclo básico, na década de 80, e das classes de aceleração, regime de progressão continuada e outras políticas de combate à repetência, na década de 90, os sistemas de ensino das Regiões Sul e Sudeste alcançaram resultados bastante expressivos, elevando para 75% e 83%, respectivamente, as taxas de promoção na 1ª série, em 1997.

Quando são comparadas as taxas de promoção da 5ª série do ensino fundamental, as diferenças regionais diminuem ligeiramente, embora o Sudeste, que apresenta a maior taxa (76%), esteja léguas à frente do Norte e Centro-Oeste, responsáveis pelas menores taxas (55% e 57%, respectivamente). Nesta série, o Nordeste alcança seu melhor resultado, com uma taxa de promoção de 60%, um pouco atrás da média para a Região Sul (65%). Com base na análise destes indicadores, pode-se afirmar que, enquanto os alunos do ensino fundamental das Regiões Norte e Nordeste continuam enfrentando como principal gargalo a 1ª série, na qual se verificam as menores taxas de promoção e as taxas mais elevadas de repetência, os alunos das Regiões Sul e Sudeste encontram sua maior barreira na 5ª série, na qual incidem as maiores taxas de repetência e abandono.

Ensino Fundamental - Taxa de Distorção Idade / Série -1996-1998

Brasil e Região	Taxa de Distorção Idade / Série (%)								
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Brasil									
1982	76,2	71,9	76,5	77,2	76,6	80,4	80,2	79,8	
1991	64,1	59,5	62,6	63,3	62,7	70,2	68,6	67,4	
1998	46,6	38,2	43,9	44,5	45,7	54,3	52,5	52,0	50,6
Norte									
1982	84,4	78,2	87,3	88,3	87,9	90,2	90,0	90,0	
1991	79,0	72,5	81,0	81,6	81,4	84,3	83,1	81,8	
1998	61,3	51,2	62,3	64,5	64,9	69,7	67,4	65,7	63,6
Nordeste									
1982	85,1	80,9	87,0	87,8	87,6	89,7	89,2	88,9	
1991	80,6	75,7	82,9	82,6	81,6	84,5	82,9	82,6	
1998	64,1	54,1	65,0	67,7	66,2	72,2	69,2	70,2	67,3
Sudeste									
1982	69,8	61,0	68,9	70,7	70,5	76,2	76,2	75,7	
1991	54,7	39,6	49,0	53,8	54,1	64,5	63,5	61,6	
1998	34,2	14,7	22,6	25,6	34,3	43,9	45,5	45,4	44,6
Sul									
1982	70,5	64,3	70,1	71,1	71,7	74,2	74,8	74,3	
1991	43,8	33,3	38,1	40,0	44,3	52,5	53,0	52,6	
1998	25,8	10,5	17,6	21,4	24,0	35,8	33,1	32,2	37,7
Centro-Oeste									
1982	80,8	73,7	80,8	82,9	83,0	86,6	86,0	86,3	
1991	65,9	55,0	63,1	65,0	65,5	73,9	72,9	72,1	
1998	45,5	25,1	36,3	42,2	43,4	56,7	58,0	57,5	56,1

Fonte: MEC/INEP/SEEC

A gradual melhoria dos indicadores de transição ocorrida na década de 90 ainda não foi suficiente para proporcionar maiores impactos na correção do fluxo escolar. Um fenômeno diretamente decorrente das altas taxas de repetência e abandono é a distorção idade/série, situação na qual se encontram 16,7 milhões de alunos - o equivalente a 46,7% do total de matrículas do ensino fundamental. Este é, seguramente, um dos mais graves problemas da educação básica, pois a distorção idade/série está fortemente associada ao baixo rendimento dos alunos, ao fracasso escolar e - em última instância - à evasão escolar. Conforme já foi

visto, uma proporção muito significativa dos alunos repete a 1ª série do ensino fundamental, isso sem contar com aqueles que já ingressam tardiamente no ensino regular, retidos na pré-escola ou em classes de alfabetização, anacronismo que ainda sobrevive em alguns municípios do Norte e Nordeste.

Ensino Médio - Taxa de Distorção Idade / Série -1996-1998

Brasil e Região	Taxa de Distorção Idade / Série (%)			
	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Brasil				
1996	55,2	57,7	54,6	51,0
1998	53,9	56,4	52,8	51,3
Norte				
1996	74,8	77,2	73,2	71,8
1998	73,2	75,6	71,9	70,0
Nordeste				
1996	69,6	72,6	68,8	64,7
1998	69,5	72,3	68,4	66,0
Sudeste				
1996	50,0	52,2	49,8	46,3
1998	48,4	49,7	48,0	47,1
Sul				
1996	41,4	43,3	41,4	37,6
1998	39,1	41,6	36,6	36,2
Centro-Oeste				
1996	58,9	62,4	57,5	53,4
1998	57,7	60,8	55,9	53,9

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: A 4ª série do ensino médio não é incluída nos cálculos, pois apresenta características diferentes das outras séries.

O problema da distorção idade/série se coloca, portanto, desde o início do ensino fundamental e se prolonga ao longo das oito séries, repercutindo no ensino médio e até no ensino superior. Basta observar que, em 1998, cerca de 54% dos alunos do ensino médio frequentavam séries fora da idade recomendada. Ao mesmo tempo, 23,6% dos alunos matriculados no ensino fundamental possuíam mais de 14 anos - o que corresponde em números absolutos a 8,5 milhões de matrículas. Estes alunos, que já deveriam estar no ensino médio, representam um contingente maior do que o total de matrículas neste nível de ensino (6,9 milhões). Os indicadores de distorção idade/série, obviamente, ainda são alarmantes, mas apresentam uma tendência de evolução positiva. No ensino fundamental, essa taxa, em 1994, que era de 66%, caiu cerca de 20 pontos percentuais em apenas quatro anos.

Este recuo, porém, não se deu com a mesma intensidade em todas as Regiões, o que não é difícil explicar, pois existe uma correlação direta entre a redução das taxas de repetência e abandono e a diminuição da taxa de distorção idade/série. Portanto, este processo tem sido muito mais lento nas Regiões Norte e Nordeste do que no restante do País. Entre 1982 e 1998, a distorção idade/série no ensino fundamental apresentou uma queda acumulada de 37% no Norte e de 32% no Nordeste. Neste mesmo período, esta taxa caiu 77% no Centro-Oeste, 104% no Sudeste e 173% no Sul. Com isso, no Nordeste a taxa de distorção no ensino fundamental diminuiu de 85,1% para 64,1%; no Norte, de 84,4% para 61,3%; no Sul, de 70,5% para 25,8%; no Sudeste, de 69,8% para 34,2%; e no Centro-Oeste, de 80,8% para 45,5%.

Em razão desta dinâmica, a diferença entre as Regiões Norte e Nordeste e as demais Regiões do País, ao invés de regredir, acentuou-se ao longo das últimas duas décadas. A taxa de distorção idade/série do Nordeste que, em 1982, era 1,2 maior do que a do Sudeste, em 1998, já era 1,9 vezes maior. O Sul, que exibiu uma taxa 1,2 vezes menor do que a do Norte,

em 19-82, possui agora um índice 2,4 vezes mais baixo. O ataque frontal ao problema da distorção idade/série foi uma das estratégias adotadas pelos sistemas de ensino das Regiões Sul e Sudeste que explica a reversão mais acelerada do quadro.

A experiência mais eficaz tem sido as classes de aceleração, implantadas em maior número nos últimos quatro anos⁷. Outras medidas, como programas de reforço escolar, promoção com dependência em algumas disciplinas, regime de progressão continuada e reorganização do ensino fundamental em ciclos contribuíram para derrubar as taxas de repetência e, conseqüentemente, minimizar o problema da distorção idade/série. A mesma receita já começa a ser seguida pelos Estados do Norte e Nordeste, iniciativa apoiada pelo Ministério da Educação e por organizações não-governamentais .

Ensino Fundamental - Tempo Médio de Permanência no Sistema (anos), Número Médio de Séries Concluídas, Taxa de Conclusão e Tempo Médio de Conclusão -1981-1997

Brasil	Permanência (anos)		Concluídas		Concluintes			
					Taxa de Conclusão (%)		Tempo Médio de Conclusão (anos)	
	1ª a 4ª série	1ª a 8ª série	1* a 4* série	1ª a 8ª série	4ª série	8ª série	1ª a 4ª série	1ª a 8ª série
Brasil								
1981	5,7	8,5	3,6	6,6	72,6	37,5	6,3	11,8
1991	5,7	8,9	3,7	6,0	78,6	43,0	6,1	11,8
1992	5,7	9,5	3,8	6,4	79,3	50,6	6,0	11,8
1995	5,6	9,7	3,8	6,8	83,6	66,5	5,8	11,3
1997	5,2	8,9	3,9	6,9	90,0	64,5	5,4	10,3
Norte								
1992	6,1	9,1	3,4	5,4	70,6	37,9	7,0	13,0
1995	6,4	9,9	3,7	6,0	82,0	41,8	6,8	13,0
1997	5,7	8,1	3,6	5,3	72,1	31,9	6,4	11,8
Nordeste								
1992	6,3	9,3	3,3	5,2	63,1	37,8	7,3	13,7
1995	6,2	9,9	3,6	6,1	78,1	52,6	6,8	12,6
1997	5,7	9,1	3,7	6,1	80,1	52,1	6,2	11,5
Sul								
1992	5,0	8,8	3,8	6,6	70,0	52,2	5,2	10,7
1995	5,0	9,1	3,9	7,0	90,2	61,9	5,2	10,4
1997	4,4	8,2	3,9	7,1	94,6	71,4	4,5	9,1
Sudeste								
1992	5,1	8,7	3,8	6,4	86,2	50,9	5,3	10,8
1995	5,0	9,5	4,0	7,3	93,0	73,0	5,0	10,4
1997	4,7	8,2	3,9	6,8	95,5	58,4	4,8	9,7
Centro-Oeste								
1992	5,7	10,3	3,8	6,8	87,4	63,8	5,9	12,1
1995	5,5	10,6	3,9	7,3	93,1	77,4	5,6	11,6
1997	5,2	8,5	3,8	6,2	85,2	46,7	5,5	10,9

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: Estimativas Preliminares para o ano de 1997 por Região

Ao focalizar a correção do fluxo escolar, como prioridade das políticas de promoção da melhoria da qualidade, os sistemas de ensino estão na verdade enfrentando a matriz da baixa eficiência e efetividade do ensino fundamental. Um dos melhores indicadores para

⁷ O Censo Escolar de 1998 indicou a existência de 1,2 milhões de alunos do ensino fundamental em classes de aceleração.

⁸ O Programa Acelera, Brasil, desenvolvido pelo Instituto Ayrton Senna, é um bom exemplo de parceria entre os sistemas estaduais e municipais de ensino e organizações do terceiro setor.

medir o grau de produtividade do sistema é o tempo médio de **conclusão** das oito séries do ensino obrigatório. Neste quesito, observa-se um quadro de acentuadas disparidades regionais, que reproduzem as taxas de transição e distorção idade/série. No Brasil, os alunos levam em média 10,3 anos para concluir as oito séries do ensino fundamental, segundo cálculo de 1997. Este indicador apresentou uma significativa melhora nos últimos dois anos, pois em 1995 o tempo médio era de 11,3 anos.

Com as menores taxas de repetência e abandono, as Regiões Sudeste e Sul também apresentam o tempo médio de conclusão mais curto: 9,1 anos e 9,7 anos, respectivamente. A mesma similaridade é observada nas Regiões Norte e Nordeste, que possuem as maiores taxas de repetência e, conseqüentemente, o tempo mais longo de conclusão (11,8 anos e 11,5 anos, respectivamente). A Região Centro-Oeste, por sua vez, encontra-se em posição intermediária, com tempo médio de conclusão de 10,9 anos. Outra forma de contrastar os desníveis regionais é comparando o número médio de anos desperdiçados pelos alunos que logram concluir o ensino fundamental. No Norte, os alunos perdem, em média, 3,8 anos e no Nordeste, 3,5 anos, contra um desperdício de 1,7 ano no Sul e de 1,1 ano no Sudeste.

2.4 - Expansão do ensino médio

O ritmo acelerado com que o ensino médio vem se expandido é uma das tendências mais positivas apresentadas pelo sistema educacional brasileiro neste final da década de 90. Este fenômeno está sendo gerado principalmente por dois fatores: primeiro, a melhoria do desempenho do ensino fundamental; segundo, a pressão do mercado de trabalho, que se torna cada vez mais restritivo na oferta de empregos para trabalhadores com baixa escolaridade. Como resultado das políticas de promoção da qualidade, o número de concluintes do ensino fundamental vem crescendo a uma taxa anual superior a 10%. Com isso, tem gerado forte demanda por vagas no ensino médio, sobretudo nas redes estaduais, que se expandiram 114%, no período de 1991 a 1998.

Nos últimos cinco anos, o ensino médio apresentou uma taxa média anual de crescimento superior a 10%. Com isso, o número de alunos saltou de 5 milhões, em 1994, para cerca de 7 milhões, em 1998. Mantida a atual tendência, este nível de ensino deverá chegar em 2002 com algo em torno de 10 milhões de alunos. A forte expansão da matrícula repercutiu com maior intensidade no número de concluintes do ensino médio, que tem aumentando a uma taxa de 15% ao ano. O efeito cascata desencadeado a partir da universalização e melhoria do ensino fundamental e da recente tendência de massificação do ensino médio, especialmente nas Regiões Sul e Sudeste, já chegou ao ensino superior. Pressionado pelo aumento da demanda, esse nível de ensino voltou a se expandir, depois de um longo período de estagnação do número de vagas. No período de 1994 a 1998, a matrícula do ensino superior cresceu, em média, 8% ao ano.

O encadeamento das diferentes etapas no processo de construção de uma sistema de educação de massa, partindo da democratização da sua base - o acesso ao ensino fundamental -, parece evidente quando se observa a dinâmica regional de expansão da matrícula no ensino médio. Na prática, o ensino médio espelha fielmente o desempenho da educação fundamental em cada unidade da Federação. As taxas de crescimento da matrícula do ensino médio mantêm uma relação direta com o número de concluintes do ensino fundamental. Trata-se de uma sinalização positiva, pois indica que os alunos que conseguem vencer os gargalos do ensino fundamental tendem a se encaminhar para a etapa final da educação básica. Portanto, um dos grandes desafios do País nos próximos anos será criar oportunidades para atender ao número cada vez maior de alunos que estarão concluindo o ensino fundamental.

**Taxa de Escolarização Líquida e Bruta do Ensino Médio
e Taxa de Atendimento na Faixa de 15 a 17 anos -1998**

Brasil e Regiões	Taxa de Escolarização Ensino Médio		Taxa de Atendimento
	Bruta	Líquida	População de 15 a 17 anos
Brasil	68,1%	30,8%	61,1%
Norte	52,7%	15,2%	71,7%
Nordeste	46,0%	14,5%	73,3%
Sudeste	84,5%	42,5%	85,9%
Sul	80,0%	44,8%	84,3%
Centro-Oeste	72,2%	31,0%	85,9%

Fonte: INEP/MEC

Cabe ressaltar, no entanto, os efeitos da distorção idade-série, que puxam a taxa de escolarização do ensino médio para baixo, pois há cerca de 8,5 milhões de alunos cursando o ensino fundamental com mais de 15 anos de idade. Todos esses alunos estão retidos no ensino fundamental por causa da repetência e da evasão, embora todos já possuam idade para estar cursando o nível médio.

Estudos realizados pelo Banco Mundial (BIRD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com base nas informações produzidas pela INEP, revelam que a redução de 5% ao ano nas taxas de repetência e evasão no ensino básico seriam suficientes para gerar uma economia capaz de financiar 70% dos recursos necessários para a expansão do ensino médio nos próximos anos. Com a redução da repetência e da evasão, o setor público poderá economizar cerca de R\$ 300 milhões anuais, valor que cobriria aproximadamente mais de dois terços dos custos da expansão do ensino médio, que exigirá investimentos anuais da ordem de R\$ 400 milhões.

A despeito da vertiginosa expansão da matrícula realizada na década de 90, o Brasil ainda apresenta uma taxa de escolarização líquida no ensino médio extremamente baixa, atingindo apenas cerca de 30% da população na faixa etária de 15 a 17 anos. No entanto, ao contrário do que se observa, em relação ao ensino fundamental, que praticamente foi universalizado em todo o País, no ensino médio prevalece um brutal desnível regional em termos de atendimento. Como era de se esperar, as Regiões Nordeste e Norte apresentam um quadro desolador, com taxas de escolarização líquida neste nível de ensino de 14,5% e 15,2%, respectivamente. Em contraste, embora distante de uma situação satisfatória, as Regiões Sul e Sudeste já alcançam taxas quase três vezes superiores: 44,8% e 42,5%, respectivamente. A situação da Região Centro-Oeste é intermediária, com uma taxa líquida de 31%.

Com base nos indicadores de cobertura e na velocidade da expansão da matrícula, pode-se afirmar que as Regiões Sul e Sudeste já vivenciam um processo de massificação do ensino médio. No seu curso atual, este processo poderá conduzir a uma universalização mais acelerada do que se deu no ensino fundamental. Isso dependerá, no entanto, da capacidade de os Estados arcarem com os investimentos necessários para ampliar a oferta. Nas Regiões Norte e Nordeste, em que pese o significativo crescimento da matrícula nos anos mais recentes, o ensino médio ainda permanece fortemente elitizado. Este quadro tende a mudar à medida que o desempenho do ensino fundamental for melhorando e gerando demanda. As duas realidades seguem a mesma dinâmica, com um interstício de mais de uma década.

2.5 - A concentração regional do ensino superior

Depois de constatar o enorme peso das desigualdades regionais no ensino fundamental e no ensino médio, soa como obviedade analisar o ensino superior sob a mesma ótica. Este

exercício serve apenas para ilustrar como as distorções observadas na educação básica são cumulativas e se reproduzem de forma ampliada no ensino superior. Os números são bastante ilustrativos: 54% dos alunos de cursos de graduação pertencem à Região Sudeste e 19,7% à Região Sul, de acordo com dados de 1998. Em conjunto, as duas regiões concentram 73,7% das matrículas do ensino superior. O restante é dividido entre o Nordeste (14,6%), Centro-Oeste (7,7%) e Norte (4%).

Taxa escolarização bruta ensino superior na faixa etária de 20 a 24 anos por Região -1998

Unidade da Federação	Matrículas	%	População de 20 a 24 anos	% de matrículas em relação à população de 20 a 24 anos
Brasil	2.125.958	100,0	14.408.919	14,8
Norte	85.077	4,0	1.091.341	7,8
Nordeste	310.159	14,6	4.088.026	7,6
Sudeste	1.148.004	54,0	6.120.722	18,8
Sul	419.133	19,7	2.053.115	20,4
Centro-Oeste	163.585	7,7	1.055.715	15,5

Fonte: INEP/MEC

A forte concentração da oferta do ensino superior nas Regiões Sudeste e Sul se deu principalmente pela expansão do setor privado. No Sudeste, de cada 10 alunos do ensino superior, 8 frequentam instituições privadas. Situação semelhante é observada na Região Sul, onde em cada 10 alunos, 7 estão na rede privada. A Região Centro-Oeste também registra uma importante participação do setor privado, responsável por 64,2% das matrículas. No Norte e Nordeste, ao contrário, a oferta de matrícula no ensino superior é predominantemente pública (65,4% e 64,2%, respectivamente).

A relação atual entre concluintes do ensino médio e ingressantes do ensino superior indica que existe uma demanda maior por vagas em cursos de graduação nas Regiões Norte e Nordeste em comparação com as demais Regiões do País. No ano passado, para cada ingressante no ensino superior da Região Norte, havia 3,4 concluintes do ensino médio. Esta relação era bem parecida no Nordeste, com 3,3 concluintes por ingressante. Quadro bem distinto é observado nas demais Regiões, que apresentam uma relação concluinte/ingressante significativamente mais baixa (1,9 no Sudeste, 1,7 no Centro-Oeste e apenas 1,5 no Sul). Esta simples correlação sugere que a expansão da oferta de vagas no ensino superior nas Regiões Norte e Nordeste não vem acompanhando o ritmo de crescimento da demanda.

Como consequência dos gargalos existentes na educação básica, que somente no período mais recente começaram a ser desobstruídos, o Brasil apresenta uma taxa de escolarização bruta no ensino superior, considerando como população-alvo a faixa etária de 20 a 24 anos, extremamente baixa. No quadro geral do País, este nível de ensino permanece ainda profundamente elitizado. Como já foi exaustivamente demonstrado, os indicadores são ainda mais desfavoráveis no Norte e Nordeste, onde poucos alunos têm acesso ao ensino médio e uma parcela ainda menor chega ao ensino superior. As taxas de escolarização bruta nestas Regiões estão bastante abaixo da média nacional, de 14,8%. O Norte tem uma taxa de 7,8% e o Nordeste, de 7,6%. O quadro é ligeiramente melhor nas demais regiões (20,4% no Sul, 18,8% no Sudeste e 15,5% no Centro-Oeste).

2.6 - Perfil do magistério público

O Censo Escolar de 1998 revelou que havia, em todo o País, cerca de 100 mil professores leigos no ensino fundamental, isto é, professores sem a formação mínima exigida

- curso de magistério para lecionar de 1ª a 4ª série e licenciatura para lecionar de 5ª a 8ª série. Os professores leigos estão concentrados nas Regiões Nordeste (62,5%) e Norte (21,7%), predominantemente nas redes municipais (cerca de 90%) e em escolas rurais. A Lei nº 9.424, de 1996, que regulamentou o Fundef, estipulou um prazo de cinco anos para que os professores leigos obtenham a habilitação necessária ao exercício das atividades docentes. A LDB foi mais longe ao prever que até o fim da Década da Educação - dezembro de 2006 - somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

O Censo Escolar de 1998 revelou que 45% dos professores dos ensinos fundamental e médio não possuem formação de nível superior, o que corresponde, em números absolutos, a 824 mil docentes. Para cumprir a exigência da LDB, será necessário habilitar mais de 100 mil professores por ano até 2006. Portanto, um dos principais desafios educacionais do País na próxima década será aumentar a escolaridade dos professores, fator crucial para a melhoria da qualidade do ensino.

Em relação ao perfil de formação do magistério, as disparidades regionais são muito acentuadas. As Regiões Norte e Nordeste apresentam proporção três vezes menor de professores do ensino fundamental com formação em nível superior (17,8% e 24,5%, respectivamente), em comparação com as Regiões Sul e Sudeste (62,5% e 63,4%, respectivamente). Na Região Centro-Oeste, 49% dos professores têm nível superior. Diante desta realidade, pode-se concluir que Norte e Nordeste enfrentarão um desafio extra nos próximos anos, além de garantir a universalização do acesso e a permanência e progressão das crianças no sistema educacional: dar capacitação a um grande número de professores, sem o que será impossível melhorar os indicadores de eficiência do ensino.

**Funções Docentes no Ensino Fundamental
por Grau de Formação - Brasil/1998**

Brasil e Regiões	Funções Docentes no Ensino Fundamental por Grau de Formação			
	Total	% Leigos	% Médio	% Superior
Brasil	1.460.455	7,0	46,8	46,2
Norte	114.732	19,2	63,5	17,3
Nordeste	444.342	14,3	61,6	24,1
Sudeste	562.873	1,0	35,9	63,1
Sul	230.474	2,5	36,3	61,2
Centro-Oeste	108.034	4,6	47,8	47,6

Fonte: INEP/MEC

**Funções Docentes no Ensino Médio
por Grau de Formação - Brasil/1998**

Brasil e Regiões	Funções Docentes no Ensino Médio por Grau de Formação		
	Total	% Médio	% Superior
Brasil	365.874	10,6	89,4
Norte	19.240	19,7	80,3
Nordeste	75.112	23,2	76,8
Sudeste	179.881	3,8	96,2
Sul	63.673	8,3	91,7
Centro-Oeste	27.968	20,5	79,5

Fonte: INEP/MEC

Além dos desníveis em relação ao grau de escolaridade do magistério, vigorava no País um quadro de aviltantes desigualdades salariais. Esta situação começou a mudar com a implantação do Fundef, que permitiu uma significativa elevação do salário médio pago aos professores da rede pública municipal e estadual das Regiões Norte e Nordeste. Entretanto, em valores nominais, os salários médios dos docentes dessas duas Regiões continuam

inferiores aos níveis salariais das demais Regiões do País. Esta comparação, contudo, deve-se levar em conta as diferentes realidades do mercado de trabalho e os salários médios de outras profissões que exigem o mesmo nível de escolaridade do magistério.

Rede Pública Municipal
Estimativa de Remuneração de Professores com Carga Horária de 40 horas/semanais
Valores de Ago/98 e Dez/97 - Variação Média Ponderada no Período

CATEGORIA	REGIÕES																	
	BRASIL			C. OESTE			SUL			SUDESTE			NORTE			NORDESTE		
	Dez 97	Ago 98	Var %	Dez 97	Ago 98	Var %	Dez 97	Ago 98	Var %	Dez 97	Ago 98	Var %	Dez 97	Ago 98	Var %	Dez 97	Ago 98	Var %
1º Grau Completo	175	264	50,8	487	496	1,8	364	365	0,4	n/d	n/d	n/d	296	350	18,3	119	225	89,3
2º Grau Magistério	419	547	30,5	549	571	4,0	716	830	16,0	934	1.022	9,4	457	526	15,1	226	386	71,0
Superior Licenc. Plena	973	1.104	13,5	916	997	8,8	916	1.077	17,6	1.392	1.496	7,5	663	795	20,0	585	716	22,3
Total	627	762	21,5	663	721	8,6	901	1.081	20,0	1.255	1.354	7,9	479	555	16,0	276	416	50,7

Fonte: MEC (Pesquisa por amostragem realizada pela FIPE)

Obs.: n/d = não disponível

Rede Pública Municipal
Estimativa de Remuneração de Professores com Carga Horária de 20 hs/sem.
Valores de Ago/98 e Dez/97 - Variação % Média Ponderada no Período

CATEGORIA	REGIÕES																	
	BRASIL			C OESTE			SUL			SUDESTE			NORTE			NORDESTE		
	Dez 97	Ago 98	Var %	Dez 97	Ago 98	Var %	Dez 97	Ago 98	Var %	Dez 97	Ago 98	Var %	Dez 97	Ago 98	Var %	Dez 97	Ago 98	Var %
1º Grau Completo	121	175	44,6	207	214	3,4	233	240	2,9	229	248	8,1	152	204	34,2	78	144	84,0
2- Grau Magistério	269	328	22,0	260	293	12,5	372	399	7,2	395	448	13,4	255	291	14,2	144	229	58,5
Superior Licenc. Plena	472	533	12,9	365	407	11,4	468	519	10,8	523	588	12,4	461	503	9,0	306	382	24,7
Total	324	381	17,5	294	332	12,8	426	466	9,3	462	517	11,9	242	279	15,4	155	231	49,2

Fonte: MEC (Pesquisa por amostragem realizada pela FIPE)

De acordo com pesquisa encomendada pelo MEC e realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP), no primeiro ano de vigência do Fundef, os professores da rede pública municipal do Nordeste, para uma carga de 20 horas semanais, tiveram um aumento salarial médio expressivo de 49,2%. No Norte, o aumento médio foi de 15,4%. Para um regime de 40 horas semanais, o aumento médio foi de 50,7% no Nordeste e de 16% no Norte. Apesar disso, o salário pago a um professor nordestino que trabalha num regime de 20 horas semanais é 2,2 vezes menor que o de um professor da Região Sudeste. No regime de 40 horas semanais, a diferença salarial é 3,3 vezes maior para o professor do Sudeste. Novamente, é preciso ressaltar que esta diferença é minimizada quando se consideram as características do mercado de trabalho destas Regiões.

2.7 - Perfil do gasto por aluno/ano

Em relação ao gasto público em educação, observa-se um quadro que reflete as diferenças socioeconômicas regionais, muito embora o Norte e Nordeste tenham procurado compensá-las aplicando no ensino básico uma proporção do PIB maior do que a destinada pelo Sul e Sudeste. Uma simples comparação do gasto público médio por aluno/ano na educação básica, em relação ao PIB *per capita*, revela que o Nordeste, por exemplo, faz um esforço de investimento muito maior do que as demais Regiões.

. Por essa razão, apesar do PIB do Nordeste ser 4,3 vezes menor do que o do Sudeste, não se verifica a mesma discrepância no gasto *per capita* no ensino fundamental e médio. Sem incluir os gastos com os inativos, no ano de 1995, o Nordeste destinou R\$ 278,00 por aluno/ano matriculado no ensino fundamental e R\$ 502,00 por aluno/ano do ensino médio. Na Região Sudeste, o gasto foi de 608,00 por aluno/ano do ensino fundamental e R\$ 780,00 por aluno/ano do ensino médio. Já o PIB *per capita*, naquele ano, era de R\$ 1.919,10 para o Nordeste e de R\$ 5.573,80 para o Sudeste. Dividindo os gastos por aluno/ano por nível de ensino pelo PIB *per capita*, pode-se concluir que o gasto nordestino por aluno/ano, comparativamente à renda *per capita*, é maior que a média da Região Sudeste e da média nacional. Embora os valores absolutos sejam menores, o esforço *per capita* feito pelo Nordeste é superior.

Em razão disso, os gastos com educação básica em relação ao PIB, tomando por base o exercício de 1995, foram maiores no Nordeste do que nas demais Regiões do País. A soma de recursos aplicados pelos governos estaduais e municipais da Região corresponderam a 4,2% do PIB, bem acima do gasto do Norte (3,6%), Sudeste (3%) e Sul (2,9%). No Centro-Oeste, o cálculo fica distorcido devido à injeção de recursos do governo federal na educação do Distrito Federal. Por isso, os gastos dos governos estaduais e municipais equivalem a 2,8% do PIB.

**PIB, Gasto Público na Educação e Percentual de Gasto Público na Educação em relação ao PIB
Brasil e Região -1995**

Brasil e Região	PIB (R\$ 1.000,00)	Gastos em Educação (R\$ 1.000,00)				Gastos em Educação em relação ao PIB (%)			
		Total	Governo			Total	Governo		
			Federal	Estadual	Municipal		Federal	Estadual	Municipal
Brasil	646.191.514	27.190.827	6.777.587	12.981.685	7.431.555	4,21	1,05	2,01	1,15
Norte	32.558.492	1.499.034	336.603	894.737	267.694	4,60	1,03	2,75	0,82
Nordeste	85.277.368	4.843.451	1.240.953	2.189.184	1.413.314	5,68	1,46	2,57	1,66
Sudeste	370.429.183	12.790.725	1.490.724	7.243.880	4.056.121	3,45	0,40	1,96	1,09
Sul	107.595.700	3.914.344	839.529	1.741.643	1.333.172	3,64	0,78	1,62	1,24
C Oeste	45.373.546	2.301.475	1.027.980	912.241	361.254	5,07	2,27	2,01	0,80

Fonte: IPEA/DISOC

Notas: (1) R\$ 4.957.225 (R\$1.000,00) do valor do PIB do país são não regionalizáveis.

(2) Os gastos não incluem os destinados a benefícios

(3) R\$ 1.841.798 (R\$ 1.000,00) do gasto em educação do país, na esfera federal, são não regionalizáveis.

**PIB per capita, Gasto por Aluno e Percentual de Gasto por Aluno em relação ao PIB
Brasil e Regiões-1995**

Brasil e Região	PIB (RS 1.000,00)	PIB Per Capita (RS)	Gasto Público Médio por Aluno (RS)		Gasto Público Médio por Aluno em relação ao PIB Per Capita	
			Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Brasil	646.191.514	4.148,60	460,00	682,00	0,11	0,16
Norte	32.558.492	2.925,90	302,00	499,00	0,10	0,17
Nordeste	85.277.368	1.919,10	278,00	502,00	0,14	0,26
Sudeste	370.429.183	5.573,80	608,00	780,00	0,11	0,14
Sul	107.595.700	4.606,50	535,00	591,00	0,12	0,13
Centro-Oeste	45.373.546	4.370,10	457,00	808,00	0,10	0,18

Fonte: IPEA/DISOC

Notas: (1) R\$ 4.957.225 (R\$1.000,00) do valor do PIB do país são não regionalizáveis.

(2) Os gastos não incluem os destinados a benefícios

As Regiões Norte e Nordeste passaram, a partir de 1998, a receber recursos adicionais do governo federal, em decorrência da implantação do Fundef. No ano passado, a complementação federal foi de R\$ 534 milhões. Neste ano, a União deverá repassar R\$ 848,6 milhões para os Estados que não alcançam o valor mínimo por aluno/ano de R\$ 315,00. Destes recursos, R\$ 155,5 (18,3%) serão destinados para a Região Norte, beneficiando o Pará, e R\$ 693 milhões (81,7%) para a Região Nordeste - beneficiando Maranhão, Pernambuco, Piauí, Bahia, Paraíba, Ceará e Alagoas.

Constata-se, portanto, que os gastos da Região Nordeste com educação, apesar de elevados em comparação com o seu PIB, não têm sido suficientes para compensar as desigualdades econômicas. Observa-se ainda que os gastos próprios com educação estão perto do limite, havendo poucas possibilidades de que os Estados do Nordeste consigam elevar os investimentos sem que haja um crescimento do PIB da Região. Daí a importância do Fundef e da ação supletiva do governo federal. É importante, porém, destacar o esforço que vem sendo feito pela Região Nordeste para melhorar seus indicadores educacionais.

3 - Principais Resultados do SAEB/97

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), desenvolvido na década de 90, realiza a cada dois anos uma ampla pesquisa que permite avaliar a efetividade dos sistemas de ensino, com enfoque na qualidade, eficiência e equidade. A análise comparativa dos resultados do SAEB de 1995 e 1997 mostrou que, embora o Brasil tenha expandido consideravelmente o acesso à educação básica, isto não se deu à custa do rebaixamento da qualidade, o que não significa que o quadro seja satisfatório. Outra tendência positiva apontada pelo SAEB/97 foi a melhoria do desempenho dos alunos dos Estados da Região Nordeste nas disciplinas de matemática e português.

De fato, os resultados apontam uma elevação dos níveis de proficiência os alunos das três séries avaliadas - 4ª e da 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio. Mesmo com esse desempenho, os resultados do Nordeste continuam sendo os mais baixos do País, juntamente com a Região Norte. Na Região Sudeste, apesar do expressivo resultado obtido por Minas Gerais, o rendimento médio dos alunos da 3ª série do ensino médio apresentou variação negativa. Este resultado pode ser explicado em razão da rápida expansão deste nível de ensino, com a conseqüente incorporação de segmentos mais heterogêneos. Da mesma forma, o desempenho mais favorável alcançado pelo Nordeste na 3ª série do ensino médio está relacionado ao perfil mais elitista que este nível de ensino ainda mantém naquela Região.

Desempenho médio dos alunos na 4ª Série do Ensino Fundamental - SAEB 95/97

Brasil e Regiões	Proficiência Média na 4ª série Ensino Fundamental (SAEB 95/97)			
	Matemática		Português	
	95	97	95	97
Brasil	191	191	188	186
Norte	174	175	173	172
Nordeste	179	181	178	178
Sudeste	199	198	195	193
Sul	192	197	191	191
Centro-Oeste	194	189	193	183

Fonte: INEP/MEC

Desempenho médio dos alunos na 8ª Série do Ensino Fundamental - SAEB 95/97

Brasil e Regiões	Proficiência Média na 8ª série Ensino Fundamental (SAEB 95/97)			
	Matemática		Português	
	95	97	95	97
Brasil	253	250	256	250
Norte	238	236	241	242
Nordeste	232	240	230	241
Sudeste	262	253	267	251
Sul	259	259	262	259
Centro-Oeste	253	255	256	254

Fonte: INEP/MEC

**Desempenho médio dos alunos na 3ª Série
do Ensino Médio - SAEB 95/97**

Brasil e Regiões	Proficiência Média na 3ª série Ensino Médio (SAEB 95/97)			
	Matemática		Português	
	95	97	95	97
Brasil	282	289	290	284
Norte	264	270	274	269
Nordeste	261	290	266	276
Sudeste	289	283	299	283
Sul	291	310	296	297
Centro-Oeste	288	302	297	293

Fonte: INEP/MEC

O SAEB foi realizado no mês de outubro de 1997, em todos os 26 Estados e no Distrito Federal. Participaram do levantamento uma amostra representativa de alunos, professores e diretores de escolas. Ao todo, foram 167.196 alunos, 13.267 professores e 2.302 diretores. Os alunos da 4ª e 8ª série do ensino fundamental responderam a questões nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Os alunos da 3ª série do ensino médio, por sua vez, responderam questões de Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química e Biologia.

Na escala de proficiência utilizada pelo SAEB, os alunos nordestinos da 4ª série do ensino fundamental atingiram, em matemática, uma média de 181, contra 179 na avaliação de 1995. A média nacional manteve-se estabilizada em 191 pontos. Na 8ª série, os alunos nordestinos obtiveram a média de 240 pontos, em 1997, contra 232, em 1995. Foi na 3ª série do ensino médio, entretanto, que houve um avanço estatisticamente significativo no desempenho da Região Nordeste. A proficiência média variou de 261 para 290 pontos, numa escala de zero a 400 pontos.

Esse resultado fez com que, entre os concluintes do ensino médio, a Região Nordeste superasse, em matemática, a média dos Estados do Sudeste, de 283 pontos, e da Região Norte (270), ficando atrás somente das Regiões Centro-Oeste (302) e Sul (310). Nas demais Regiões, o resultado permaneceu estável. A única exceção foi a Região Sul, onde a média de proficiência em matemática, na 3ª série do ensino médio, cresceu de 291 para 310 pontos.

A liderança do Nordeste, conforme já foi dito, pode ser explicada pelo fato de a Região ter um sistema educacional de nível secundário menos massificado do que no Sul e no Sudeste. Na Região, apenas 14,5% dos jovens de 15 a 17 anos estão frequentando regularmente escolas de ensino médio, contra 44,8% do Sul e 42,5% do Sudeste. Em língua portuguesa, há poucas alterações nas médias de proficiência das Regiões entre o SAEB de 1995 e o de 1997. A Região Nordeste novamente se destaca na 8ª série do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio.

Na 4ª série do ensino fundamental, nenhuma Região registrou variações, positivas ou negativas, significantes na disciplina de língua portuguesa. A média nacional manteve-se estável, oscilando negativamente de 188 para 186 pontos. Entre os alunos de 8ª série, os do Nordeste voltaram a melhorar seu desempenho, de 230 para 241 pontos. Houve queda de desempenho na Região Sudeste, de 267 para 251 pontos. Nas demais Regiões, os resultados continuaram estabilizados.

A proficiência em língua portuguesa dos concluintes do ensino médio apresentou oscilação negativa no resultado nacional: baixou de 290 para 284 pontos. A média da Região

Nordeste oscilou positivamente de 266 para 276 pontos, ficando à frente da Região Sudeste também nesta disciplina. No Sudeste, o desempenho voltou a cair, de 299 pontos para 283.

Na média nacional, apenas 5,3% dos alunos da 3ª série do ensino médio que fizeram o SAEB/97 atingiram os 400 pontos desejáveis na escala de proficiência para a disciplina de matemática. O pior desempenho foi da Região Norte, com 1% dos alunos atingindo este desempenho, e o melhor, da Região Sul, onde 6,8% dos alunos ultrapassaram os 400 pontos. Os alunos da Região Nordeste surpreenderam, ultrapassando a Região Sudeste em 6% a 5%, respectivamente. Na Região Centro-Oeste, 5,4% ultrapassaram os 400 pontos.

Em língua portuguesa, ultrapassaram os 325 pontos da escala de proficiência do SAEB, que é o nível de desempenho esperado para os concluintes do ensino médio, 26,3% dos alunos. Este percentual é maior na Região Sul (36,5%) e menor na Região Norte (16,2%). Dos alunos do Nordeste, 24,2% obtiveram notas acima da escala de proficiência em português, ficando tecnicamente empatados com os estudantes da Região Sudeste (24,6%). No Centro-Oeste, 30,3% dos alunos tiveram desempenho acima de 325 pontos.

Este desempenho dos alunos da Região Sudeste na 3ª série do ensino médio não chega a surpreender. Ele deve ser relativizado, pois se formos observar o perfil dos alunos concluintes do ensino médio no Nordeste, veremos que a maioria dos alunos que conclui a 3ª série é oriunda de famílias de classe média e alta, onde os pais possuem um nível de escolaridade elevado, enquanto os alunos do sudeste, onde o acesso a este nível de ensino é muito mais democratizado, são provenientes de famílias com um nível de escolaridade mais heterogêneo.

4 - A guisa de conclusão: propostas para reduzir as desigualdades regionais na educação

As políticas e estratégias adotadas a partir de 1995 pelo MEC já trazem implícitas a preocupação de combater as desigualdades regionais. De todas as iniciativas tomadas com o objetivo de enfrentar o problema, sem dúvida a mais importante foi a implantação do Fundef. Esta reforma tem provocado melhorias evidentes no ensino fundamental, particularmente nas redes municipais das Regiões Norte e Nordeste e das Regiões metropolitanas das capitais.

Outra importante ação do governo federal para compensar as diferenças regionais é o Fundescola, que vem estimulando e financiando a melhoria da qualidade das escolas nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Com o fim do Projeto Nordeste, que cumpriu o mesmo propósito nos cinco anos, a partir deste ano, o Fundescola também tem como foco os nove Estados da Região Nordeste.

A terceira iniciativa do MEC que merece destaque é o Pro-formação, programa que estimula a capacitação de professores leigos e que está sendo executado em parceria com as secretarias estaduais. Finalmente, é preciso mencionar o programa Alfabetização Solidária, experiência inovadora que vem alcançando resultados expressivos no combate ao analfabetismo. Há, ainda, outros programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação que beneficiam diretamente as Regiões mais pobres do País. Compete, portanto, ao governo federal manter esses programas em funcionamento para que as profundas desigualdades regionais ainda existentes na área educacional sejam superadas.

Mas, para que esta meta seja alcançada, é preciso mais do que a ação equalizadora que compete constitucionalmente ao governo federal desempenhar. Em primeiro lugar, requer-se ações mais incisivas dos governos estaduais e municipais, não só para garantir o acesso, mas a permanência e a progressão dos alunos no sistema. Além do mais, é preciso que haja uma intensa mobilização da sociedade, como a que se deu com o programa Toda Criança na Escola, para mudar o quadro da educação. Portanto, estas são algumas das iniciativas de

responsabilidade dos Estados e dos municípios que podem contribuir para a correção das desigualdades regionais existentes na educação:

- garantir a efetiva aplicação dos recursos vinculados à educação e incentivar a participação da comunidade, através de conselhos representativos, na fiscalização dos programas, a exemplo do que está previsto na legislação em relação ao Fundef;
- ampliar os programas das classes de aceleração de aprendizagem para atender aos alunos com distorção idade/série , promovendo assim a correção do fluxo escolar e adotando, simultaneamente, medidas para combater a repetência e o abandono;
- implantar o sistema de ciclos, em vez do seriado, para os alunos de 1^a a 4^a série, a fim de diminuir a repetência e o abandono escolar;
- investir em programas de capacitação dos professores como estratégia para melhorar o aprendizado dos alunos;
- incentivar a formação de conselhos escolares e de associações de pais e mestres para promover uma interação maior entre a escola, alunos, professores e a comunidade e melhorar a gestão escolar;
- expandir os programas de renda mínima vinculada à educação, para garantir a permanência na escola das crianças oriundas de famílias de baixa renda;
- melhorar as condições físicas das escolas, dotando-as do padrão mínimo necessário para o seu funcionamento;
- desenvolver programas em parceria com organizações não-governamentais, para ações específicas, como combate à repetência e ao analfabetismo;

Este conjunto de ações, entretanto, só produzirá resultados efetivos se vier acompanhado de um esforço que envolva as três esferas de governo, as instituições de ensino superior e a sociedade em geral, numa cruzada para promover a profissionalização do magistério. Esta política já está desenhada pelos referenciais nacionais para formação de professores, elaborados sob a coordenação da Secretaria de Educação Fundamental do MEC. É preciso avançar na revisão dos programas de formação inicial e estimular programas de formação continuada, em serviço. Só assim poderá ser cumprida a exigência da LDB, incorporada como meta no Plano Nacional de Educação, de que todos os professores da educação básica tenham formação superior até meados da próxima década.

Há um consenso disseminado, hoje, entre os especialistas em políticas educacionais, que a profissionalização do magistério, que necessariamente inclui formação inicial e continuada, incentivos à carreira e melhoria salarial, é crucial para assegurar a melhoria da qualidade da educação. Esta deverá ser a principal prioridade das políticas educacionais na próxima década.

5 - Bibliografia

CASTRO, Maria Helena Guimarães de (1998). *Avaliação do sistema educacional brasileiro: tendências e perspectivas*. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998.

_____. *A Educação para o século XXI: o desafio da qualidade e da equidade*. PREAL Debates, N° 1. - Rio de Janeiro: Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. *O ensino superior no Brasil- 1998*. Memo.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Sinopse estatística da educação básica: censo Escolar 98*. - Brasília: INEP, 1999.

_____. *SAEB 97: Primeiros resultados*. - Brasília: INEP, 1999.

_____. *Educação brasileira: síntese das avaliações e dos levantamentos estatísticos*. - Brasília: INEP, 1999.

_____. *Informe estatístico da educação básica: evolução recente das estatísticas da educação básica no Brasil 1998*. - Brasília: INEP, 1998.

_____. *Situação da educação básica no Brasil*. - Brasília: INEP, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Balanço do primeiro ano do Fundef Relatório*. - Brasília: MEC/SEF/INEP, 1999.

Todas as informações citadas neste documento podem ser acessadas na página do Inep na Internet: <http://www.inep.gov.br>

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)